CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº: 1318/89

INTERESSADA: Maria Adetaide Monteiro

ASSUNTO: Equivatencia de estudos

RELATORA: Cons^a RAPHAELA CARROZZO SCARDUA

PARECER CEE Nº : 0221/90

APROVADO EM 14/ 3/ 90

Conselho Pleno

1- HISTÓRICO

O Sr. Secretario Municipal de Educação encaminha, ao CEE, para exame e pronunciamento, a documentação escolar da aluna Maria Adelaide Monteiro que cursou a 7ª série, em 1977, na EMPG "Prof. Franklin Augusto de Moura Campos", AR - TV, DREM 2.

A referida aluna foi matriculada nesta Escola, na 7ª série, em 1977, sem a declaração de equivalência de estudos - da 1ª à 6ª séries do 1º grau, realizados no exterior.

Desistente na 8ª série, a aluna transferiu-se para o Colégio Anchieta, apresentando histórico escolar, em cujo verso constava uma observação mencionando a validade da equivalência, de acordo com documento fornecido pelo Consulado Geral de Portugal em São Paulo.

A supervisão antendeu, contudo, que tal equivalência deveria estar formatizada, mediante publicação em Diário Oficial. A Diretora do Colégio Anchieta dirigiu-se, então, a direção da EMPG "Prof. Franklin Augusto de Moura Campos", solicitando o parecer do órgão ao qual esta subordinada a escola, "comprovando artificialmente a validade da mencionada equivatencia de estudos". A Diretora desta Escola, por sua vez, encaminhou solicitação de esclarecimentos sobre a equivalência de estudos de Maria Adelaide Monteiro, ao NAE - Norte, que fez considerações sobre a legislação concernente ao assunto em questão pelo envio dos autos à Assessoria Jurídica da SUPEME não reconheceu ter ocorrido irregularidade na matrícula da referida aluna, mas a falta de oficialização, " através de Parecer publicado em D.O.E., da equivalência dos estudos, pela autoridade competente, ao nível estadual"; propôs

que a Escola tomasse as medidas cabíveis para a expedição do ato de equivalência.

O expediente foi encaminhado a DRECAP-I que, verificando não pertencer a Secretaria Estadual de Educação, encaminhou-o a DREM-2, com proposta de solicitação, ao CEE, de convalidação da matrícula e atos escolares da aluna Maria Adelaide Monteiro, por falta da declaração de equivalência de estudos realizados pela interessada no exterior (Portugal).

Os autos estão instruídos com:

- declaração do Vice-Cônsul de Portugal em São Paulo.
- diploma expedido pelo Ministério da Educação Nacional, de Portugal ,
- histórico escolar expedido pela EMPG "Prof. Franklin Augusto de Moura Campos".
- cópia da Portaria COCSP - CES, de 22/09/76,
- 2º- APRECIAÇÃO

Versam os autos sobre pedido de equivalência (da 1ª a 6ª série) e de convalidação dos atos escolares praticados pela aluna Maria Adelaide Monteiro que cursou a 7ª série na EMPC " Prof. Franklin Augusto de Moura Campos" e, a 8ª série, no Colégio Anchieta, sem a oficialização da equivalência de estudos realizados em Portugal da 1ª a 6ª série.

De acordo com o Decreto nº 69271, de 23 de setembro de 1971, que promulgou o Acordo Cultural entre o Brasil e Portugal , "Cada Parte Contraente concederá equivalência de estudos aos nacionais de qualquer dos dois países que tenham tido aproveitamento escolar em estabelecimento de ensino da outra Parte, para o efeito de serem transferidos para seus próprios estabelecimentos de ensino do mesmo grau ou admitidos nos de grau subsequente.

O acordo cultural Brasil - Portugal prevê, também no seu artigo XIII, item 2, que a equivalência será estabelecida em face da documentação considerada idônea e devidamente legalizada e sem levar em conta diferenças regulares de duração dos ciclos de estudos, procedendo-se, entretanto, à necessária- conciliação curricular" (grifos nossos).

Quanto a conciliação curricular, não constam dos autos que ela tenha ocorrido; não há também, um histórico escolar que comprove quais componentes curriculares foram cursados em Portugal. No entanto, o consulado Geral de Portugal, em São Paulo, declarou que a interessada apresenta diploma da 6ª série do ciclo complementar do Ensino Primário, que equivale ao 6º ano completo do Curso de 1º grau brasileiro.

Sendo considerados os estudos realizados pela interessada, em Portugal, equivalentes ao nível de 6ª série do 1º Grau brasileiro, torna-se necessário, ainda, convalidar-se seus atos escolares, no que tange a 7ª série e 4º termo da Suplência II, cursadas no Brasil, respectivamente, na EMPG "Prof. Franklin Augusto de Moura Campos" e no Colégio "Anchieta", em 1977 e em 1982.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, os estudos realizados por Maria Adelaide Monteiro, em Portugal, são considerados equivalentes aos estudos da 1ª a 6ª série do 1º Grau, bem como convalida - se os estudos feitos no Brasil, em nível de 7ª série e do 4º termo da Suplência II.

São Paulo , 03 de fevereiro de 1990

a) Consº. Raphaelle Carrozzo Scardua
Retatora

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 14 de março de 1990.

a) Consº Francisco Aparecido Cordão
Presidente